

Acesso Aberto na área de Artes: uma análise do Qualis Periódicos (2010-2012) e (2013-2016)

Leandro da Conceição Borges

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (UFRJ/IBICT) – Rio de Janeiro, RJ - Brasil. Bibliotecário da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte, MG - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/3138894395840081>

E-mail: leandrocb@bol.com.br

Paulo Melgaço da Silva Junior

Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – RJ - Brasil. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro, RJ - Brasil. Professor da Secretaria Municipal de Educação Duque de Caxias (SMEDC) – Duque de Caxias, RJ - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/8573001420943301>

E-mail: pmelgaco@uol.com.br

Andressa Gonçalves Castro

Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro, RJ - Brasil. Auxiliar em Administração de Biblioteca da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro, RJ - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/6876146941068901>

E-mail: andressagoncalves@iq.ufrj.br

Barbara Christian Vitiello

Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro, RJ - Brasil. Auxiliar de Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) – Rio de Janeiro, RJ - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/4227155189814108>

E-mail: babavitiello@gmail.com

Data de submissão: 09/09/2019. Data de aprovação no ConfOA: 12/06/2019. Data de publicação:

RESUMO

O presente trabalho apresenta os resultados da pesquisa sobre a composição do cenário dos periódicos de Acesso Aberto na área de Artes em dois períodos de avaliação da Capes: trienal (2010-2012) e quadrienal (2013-2016). Na etapa metodológica, realizou-se a exportação de duas planilhas por meio da Plataforma Sucupira, com dados dos periódicos nos respectivos períodos de avaliação. Na análise dos dados, separaram-se os periódicos de acesso aberto dos periódicos de acesso restrito e filtraram-se os periódicos de acesso aberto que estão inseridos nas estratificações mais altas (A1, A2 e B1). Em consequente, foram realizadas categorizações divididas em nacionalidade do periódico; ligação ou não com universidades; região do país (no caso do periódico nacional) em que são editados e se, de um período a outro de avaliação da Capes, o periódico de acesso aberto era novo, caiu, aumentou ou se manteve nas estratificações analisadas. Com os resultados, concluiu-se que o Comitê da área de Artes está alinhado com a prática, uso e disseminação do acesso aberto, apresentando, nos estratos mais altos, uma extensa gama de periódicos que adotam a filosofia aberta. No entanto, acredita-se que é necessário realizar mais práticas de *advocacy* junto aos seus pares para vislumbrar maior amplitude da discussão da temática dentro da área.

Palavras-chave: Acesso aberto. Artes. Área do conhecimento. Qualis. Periódico científico.

Open Access in the Arts field: an analysis of the scientific periodic Qualis (2010-2012) and (2013-2016)

ABSTRACT

The present work brings forth the results of a research concerning the scenario of the open access journals in the field of Arts in Brazil, comprising both periods of evaluation in Capes: triennial (2010-2012) and quadrennial (2013-2016). In the methodological stage two spreadsheets were exported through the Sucupira Platform with data from the journals in the evaluation periods mentioned previously. In the data analysis, the journals displayed in open access were separated from the journals in restricted access. Also, journals in open access inserted in higher stratifications (A1, A2 and B1) were filtered. Subsequently, categorizations were made dividing the journals in terms of nationality; connection or lack thereof between journal and university; region of the country (in case of the National Journal) in which they were edited and if from one period of Capes evaluation to another this open access journal was new, fell off, grew or simply maintained itself inside the stratifications analyzed. With the results at hand it was concluded that the Committee of Arts is aligned with the practice, use and dissemination of open access, presenting in the higher strata a wide range of journals that adopt the openness philosophy. However, it is believed to be necessary to implement more advocacy practices among peers in order to enjoy wider amplitude in the discussion of this theme within the field.

Keywords: Open Access. Arts. Area of knowledge. Qualis. Scientific periodical.

Acceso Libre en el área de Artes: un análisis del Qualis-Periódico (2010-2012) y (2013-2016)

RESUMEN

Este artículo presenta los resultados de la investigación sobre la composición del escenario de revistas de acceso libre en el área de las artes en dos períodos de evaluación de Capes: trienal (2010-2012) y cuatrienal (2013-2016). En la etapa metodológica, se exportaron dos planillas de la Plataforma Sucupira, con datos de las revistas en los respectivos períodos de evaluación. En el análisis de datos, se separaron las revistas de acceso libre de las revistas de acceso restringido y se filtraron las revistas de acceso libre que se encuentran insertos en las estratificaciones más altas (A1, A2 y B1). A continuación, se realizaron categorizaciones para el análisis, las cuales están divididas en nacionalidad de la revista; conexión con las universidades; región del país en el que se editan (en el caso de las revistas nacionales) y si entre un periodo de evaluación de Capes y otro, la revista de acceso libre era nueva, cayó, aumentó o permaneció en las estratificaciones analizadas. Con los resultados, se llegó a la conclusión de que el Comité del área de las Artes está alineado con la práctica, el uso y la difusión del acceso libre, presentando, en los estratos superiores, una amplia gama de revistas que adoptan la filosofía abierta. Sin embargo, se cree que es necesario realizar más prácticas de promoción con sus pares con el fin de prever una mayor amplitud de la discusión del tema dentro del área.

Palabras clave: Acceso Libre. Artes. Zona de conocimiento. Qualis. Periódico científico.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca examinar como está delineado o cenário dos periódicos de acesso aberto na área de Artes, tendo como premissa dois períodos de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes): trienal (2010-2012) e quadrienal (2013-2016). A escolha dos dois períodos avaliativos ocorreu para que fosse verificado como se deu a evolução dos periódicos de acesso aberto de um período a outro e também pelo fato da área de Artes ser uma das poucas, dentro do universo das 49 áreas do conhecimento disponível no site da Capes, que apresenta, nos seus dois últimos relatórios de avaliação de periódicos, o incentivo aos seus pares para publicarem artigos científicos em periódicos de acesso aberto (BORGES, 2018).

Cabe lembrar que, até a finalização deste artigo, a Capes discutia preliminarmente, o novo Qualis que, dentre as atualizações, altera as atuais estratificações (A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C) para (A1, A2, A3, A4, B1, B2, B3, B4 e C). Essas mudanças, segundo a Capes, levaram em consideração recomendações presentes no relatório da Comissão Especial de Acompanhamento do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020) que visa à adequação dos instrumentos de avaliação que servem de motivação para o aumento do foco da qualidade na formação de mestres e doutores nos programas de pós-graduação. Por se tratar de uma decisão ainda em caráter preliminar, este artigo não irá contemplar as informações do novo Qualis como objeto de análise, atendo-se, portanto, somente aos resultados da última avaliação trienal e da atual quadrienal (2010-2012 / 2013-2016, respectivamente).

A justificativa da escolha da pesquisa pela área de Artes se deu por ela não ter como hábito a exposição de estudos empíricos sobre o Acesso Aberto. Paralelamente a esse contexto, Borges (2018) verificou a presença do acesso aberto nos relatórios de avaliação de periódicos das 49 áreas do conhecimento nos períodos trienal e quadrienal nos estratos mais altos (A1, A2, B1), e no estrato B2, assim como a presença do mesmo no estrato de

menor peso, o estrato (C). Como resultado, o autor evidenciou que áreas influentes na prática do acesso aberto no Brasil, como no grupo das Ciências da Saúde e da Ciência da Informação, priorizam, como critério na inserção dos estratos mais altos, a indexação em bases internacionais como a Web of Science e a Scopus. O acesso aberto e outras estratégias inerentes ao movimento, como o SciELO, Latindex, *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), entre outros, estão inseridos nos estratos intermediários (B2, B3, B4 e B5). Borges (2018) também atentou que a área de Artes, nos dois períodos de avaliação, sempre priorizou o Acesso Aberto nos estratos mais altos em seus documentos de avaliação de periódicos. Segundo o relatório de avaliação da área de Artes da avaliação quadrienal,

A comissão aceitou toda forma de disponibilização on-line, ainda que tenha **valorizado os periódicos de livre acesso** e em sistemas de fácil aproximação e entrada. Recomenda-se, no entanto, que os periódicos busquem aperfeiçoar esta disponibilidade on-line, adotando plataformas livres como o SEER e apresentando ISSN digital (ARTES, 2016, [p.4], grifo nosso).

Tendo como base essa premissa de orientação e incentivo aos pares a publicarem artigos em periódicos de Acesso Aberto, pergunta-se: como será que isto é retratado na prática? Será que existem periódicos de acesso aberto nos estratos mais altos (A1, A2 e B1)? Considerando essa premissa como pergunta norteadora, este artigo se propõe a analisar os periódicos de acesso aberto classificados pela área de Artes como A1, A2 e B1. Os três estratos representam os periódicos de maior peso na avaliação de periódicos da Capes, ou seja, são tidos como os mais bem avaliados, de maior relevância, os de melhor qualidade.

O estudo está dividido em: “a pesquisa nas Ciências Sociais e Humanas no Brasil e a avaliação da Capes”, que apresenta o início do fomento da pesquisa no Brasil de áreas que fugiam ao escopo das Ciências Exatas e o processo de avaliação da Capes; em “Artes como área do conhecimento”, há a descrição dos embates para a legitimação da área de Artes como área científica no Brasil; em “Movimento de Acesso Aberto”, há breve relato de

inserção desse movimento no contexto da ciência; em “Metodologia”, é apresentado o passo a passo do levantamento dos dados; em “Resultados”, evidenciam-se os resultados encontrados na pesquisa; por fim, expõem-se as “Considerações finais” do estudo e as “Referências” utilizadas.

A PESQUISA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS NO BRASIL E A AVALIAÇÃO DA CAPES

Historicamente, com a criação em 1951, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) buscava priorizar o financiamento de pesquisa nas áreas ditas “duras”, como as Ciências Exatas, pois elas eram essenciais para o processo de desenvolvimento científico, tecnológico e econômico da nação projetado na referida época (CRUZ, 2012). Com o crescimento da industrialização e da urbanização, entre os anos de 1930 e 1964, surgiu a necessidade de formação de especialistas e pesquisadores em diversas áreas do conhecimento. Os investimentos nas Ciências Sociais e Humanas começam a acontecer a partir de 1968 por meio da sinalização de ampliação dessas áreas, com o surgimento e a institucionalização da pós-graduação no Brasil (CRUZ, 2012).

A institucionalização da pós-graduação brasileira possui forte influência do modelo estadunidense e a missão de avaliação periódica da sua qualidade compete à Capes, que assim como o CNPq, também foi criada em 1951. Desde a sua institucionalização, a pós-graduação brasileira tem revelado mecanismos recorrentes de sua avaliação, como a avaliação da produção docente e discente vinculados aos programas, uma vez que grande parte do conhecimento científico produzido no Brasil está nas universidades, em especial, nos programas de pós-graduação (BORGES, 2018).

As avaliações da pós-graduação brasileira, de jeito ainda incipiente, já ocorriam nos anos de 1970, quando a Capes começava a desenhar suas metodologias próprias de avaliação, atribuindo aos membros da comunidade acadêmica a participação

como consultores e avaliadores de projetos para a concessão de bolsas e também nos processos gerais de avaliação de programas (VOGEL, 2015). Para Vogel e Kobashi (2015), essas consultorias, entre os anos de 1976 e 1977, foram transformadas em comissões que mais tarde passaram a ser institucionalizadas com presidência e conselho técnico científico, com direito a participação no Conselho Superior da Capes.

Em 1978, ocorreram experiências na avaliação em que foi possível definir o seu quadro metodológico. Em linhas gerais, a partir de 1976, a avaliação acontecia anualmente; de 1984 até 1987, a avaliação ocorria a cada dois anos; de 1998 até 2013, passou a ser trienal e, desde 2014, passou a ser quadrienal (VOGEL, 2015).

A produção intelectual de docentes e discentes se faz presente na avaliação da Capes. Segundo Jacon (2006), a produção intelectual é tida como um dos requisitos de maior peso na avaliação da Capes. Ainda segundo a autora, a avaliação de periódicos é um processo importante não apenas para o subsídio de programas de pós-graduação, mas, sim, uma estratégia de mapeamento da produção científica brasileira.

Na gestão de Abílio Baeta Neves (1995-2003), ficou definida a necessidade de estabelecimento de critérios para a pontuação de artigos publicados em periódicos. Segundo Barata (2016), foram incluídos no processo de avaliação indicadores quantitativos, como a quantidade de artigos publicados pelos programas de pós-graduação. Ainda segundo a autora, devido à necessidade de classificação qualitativa da produção dos programas de pós-graduação e o crescimento na produção de artigos publicados nos periódicos científicos, a primeira classificação de periódicos consistia em:

[...] três grupos com três estratos em cada grupo. Os grupos separavam os periódicos segundo a circulação – internacional, nacional ou local –, e, em cada grupo, as revistas científicas eram classificadas nos estratos A, B e C, conforme seu impacto ou relevância para um determinado campo científico (BARATA, 2016, p. 15).

Buscando diminuir as críticas da comunidade científica ao antigo sistema de avaliação que não levava em consideração as diferentes características das áreas, em 1998, foi introduzido o Qualis Periódicos, que reúne um conjunto de procedimentos que a Capes utiliza como critério na estratificação da produção intelectual dos programas de pós-graduação. O Qualis busca atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e tem a sua alimentação por meio dos dados que são fornecidos pelos programas de pós-graduação em um sistema específico de coleta de dados, conhecido como Coleta Capes (VOGEL; KOBASHI, 2015).

A partir da avaliação 2007-2009, adotou-se o sistema de avaliação de periódicos em que eles são classificados nos estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, sendo A1 e A2 considerados os estratos que concentram os periódicos mais proeminentes de cada área de avaliação, tidos de excelência internacional. Os estratos B1 e B2 são considerados de excelência nacional; B3, B4 e B5 são os estratos de relevância média (MATTEDI; SPIESS, 2017). O estrato C inclui publicações que não atenderam os requisitos dos demais estratos, sendo estes classificados com peso zero (BARATA, 2016). Esse sistema é o que vigora atualmente até a efetivação do novo Qualis, que ainda está para ser divulgado.

Este breve retrato é importante para entender as Artes como uma área do conhecimento. Esse desdobramento é apresentado na próxima seção, que repercute a legitimação da área de Artes no CNPq.

ARTES COMO ÁREA DO CONHECIMENTO

Arte e ciência pertencem a domínios sociais distintos, mas como disciplina e área do conhecimento, passam a dividir o mesmo espaço por intermédio da academia (SANTOS, 2014). As diferenças conceituais entre campo e área se fazem necessárias neste estudo para a compreensão dos termos, uma vez que a sua utilização como sinônimos se faz presente.

A concepção de campo, para Bourdieu (2004), está presente na delimitação e hierarquização das disputas pelos diferentes atores sociais por um espaço simbólico. As ações desenvolvidas nesse espaço simbólico são balizadas pelo *habitus*, que constitui um sistema que condiciona atitudes, escolhas e tomadas de decisão. O autor, em suas pesquisas, identificou diferentes campos, tais como: o religioso, o educacional, o econômico, o científico, entre outros. O campo científico é tido como um universo intermediário em dois polos, onde estão inseridos os atores sociais e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a ciência. Entende-se **área** como uma divisão do conhecimento que categoriza os saberes institucionalizados em grupos e subgrupos, visando a melhor sistematização da produção em ciência e tecnologia (SOUZA, 2004). Tendo como base o pensamento de Souza (2004), a seguir será apresentado o percurso da legitimação das Artes como área do conhecimento no Brasil.

A Arte tem suas particularidades associadas à emoção, ao subjetivo e ao imensurável, enquanto a ciência está associada à razão e objetividade das coisas (SANTOS, 2014). Quando associada à academia, a Arte passa a dividir o espaço com a ciência, ampliando a sua concepção na construção do conhecimento. Os teóricos divergem sobre a construção do conhecimento por meio da Arte, sendo que alguns afirmam se tratar de um complemento científico, tendo em vista o oferecimento de novas perspectivas de estudo (OLIVEIRA, 2008); já outros justificam que esse conhecimento é construído a partir de metodologias diferentes das que tradicionalmente são utilizadas na ciência, não estão restritas ao complemento do conhecimento científico, mas sim, equivale a este, sendo considerado um tipo diferente de conhecimento (BRANDÃO, 2008; PLAZA, 2003).

O reconhecimento da Arte enquanto disciplina no contexto brasileiro ocorre no período colonial, com a chegada da família real. É nessa época que D. João VI inaugura as primeiras escolas de ensino superior do Brasil, dentre elas, a Academia Imperial de Belas-Artes (BARBOSA, 1995). No entanto, antes da chegada da Corte Real, a Arte já estava presente na vida do povo brasileiro, seja pelos primeiros habitantes que faziam as pinturas rupestres, ou mesmo a utilização das pinturas corporais que serviam de canal de comunicação, marcos de subjetividades e identidades coletivas, assim como na produção de artesanatos e cerâmicas. Terra (2009) explana que a Carta Régia, de novembro de 1800, instituía a Aula Pública de Desenho e Figura. Porém, a oficialização do ensino de Artes acontece em 1816, com a criação da Escola Real das Ciências e Ofícios, por intermédio do Decreto-Lei de D. João VI, que mais tarde viria a se chamar Academia Imperial de Belas-Artes e, posteriormente, Escola Nacional de Belas Artes, sendo incorporada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (TERRA, 2009). A partir de 1965, passou a se chamar Escola de Belas Artes, sendo conhecida assim até os dias atuais.

Com o início do Brasil República (1889), os ideais positivistas se firmam no cenário e nas reformas educacionais brasileiras. Com o objetivo de preparar mão de obra para trabalhar nas indústrias, as escolas passaram a ensinar desenho geométrico; desenho de observação e as técnicas de luz; sombra e perspectivas. Para ilustrar a influência do positivismo nas Artes, Barbosa (1990) apresenta a Bandeira Nacional com suas formas geométricas com o lema “Ordem e Progresso”.

Uma grande mudança nesse cenário, segundo Barbosa (1990), aconteceu sob a influência da Semana de Arte Moderna. Naquele momento, surge uma nova concepção de livre expressão na educação. Assim, a visão de que a Arte não deve ser ensinada e sim expressada começa a ganhar força e ser divulgada entre os/as educadores/as, psicólogos/as e artistas. É relevante destacar que esse movimento influenciou o surgimento das Escolinhas de Arte do Brasil em

1948. Idealizada por Augusto Rodrigues, a escola privilegiava o desenvolvimento da capacidade criadora e da livre expressão do aluno. Essa experiência está relacionada ao ensino informal da Arte.

O ensino de Artes nas escolas também foi influenciado pelo pensamento da Escola Nova, preconizado por John Dewey e defendido no Brasil por Anísio Teixeira. No que diz respeito às Artes, o divulgador das ideias de escolanovistas era Nereu Sampaio, que defendia a tese que a criança deve se expressar livremente, desenhando de memória para depois analisar e confrontar com o objeto real e realizar um novo desenho com maiores detalhes e dados.

A obrigatoriedade do ensino de Artes na educação básica só ocorre nos anos de 1970, a partir da Lei nº 5.692 de 1971, com o nome de Educação Artística. Com isto, cresce a demanda para a especialização de profissionais nessa área (TERRA, 2009). O credenciamento do primeiro curso de Pós-Graduação em Artes no Brasil, no entanto, acontece em 1974, na modalidade mestrado, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) e, posteriormente, em 1980, na modalidade doutorado (PRADO, 2009).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, o ensino de Artes é modificado e a sua nomenclatura, antes denominada Educação Artística, passa-se a ser Artes, e a sua aplicação é vislumbrada a partir de áreas específicas, tais como: Artes Visuais, Artes Cênicas, Música e Dança. Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Artes trazem a proposta curricular refletida em três eixos: produção, fruição e reflexão, além de explicitar que a Arte deve ser trabalhada como área do conhecimento, neste caso, explorando a significação dos alunos a partir do desenvolvimento da percepção estética, tendo o fenômeno artístico como objeto cultural através da história e como conjunto organizado de relações formais.

Ainda que presente na academia, conforme demonstra este breve histórico, a inserção da pesquisa em Artes no Brasil aconteceu tardiamente. A criação da área de Artes surgiu em 1980 pelo CNPq, mediante a resistência por parte de alguns membros do meio científico na sua aceitação como área de pesquisa científica (CAIXETA, 2007), o que faz rememorar as explanações de Bourdieu (2004) sobre o conceito e o significado de campo, ou seja, mediante a este contexto, a criação da área de Artes pelo CNPq propiciou o surgimento de conflitos, uma vez que a sua articulação acontece por intermédio de diferentes atores sociais. Atualmente a área, em conjunto com as Ciências Sociais Aplicadas e as Ciências Humanas, compõe o que a Capes classifica como “Colégio das Humanidades”, sendo inserida na grande área de Linguística, Letras e Artes. A área, segundo a Tabela de Área do CNPq, compreende as especializações de Fundamentos e Crítica das Artes, Artes Plásticas, Música, Dança, Teatro, Ópera, Fotografia, Cinema, Artes do Vídeo e Educação Artística.

A última etapa do referencial teórico deste trabalho apresenta o Acesso Aberto e o seu processo de legitimação na ciência.

MOVIMENTO DE ACESSO ABERTO

O início do século XXI indicou forte reorganização no fluxo dos processos e produtos da comunicação científica. As ações em prol da ciência nesse período permearam a constituição de iniciativas para que os cientistas tivessem acesso à sua produção científica de maneira justa, democrática e legítima (WEITZEL, 2006). Meadows (1999) justifica que foi na década de 1990 que as tecnologias de informação e comunicação (TICs), em conjunto com a comunicação em linha (on-line), começaram a fazer parte da prática científica entre os pesquisadores.

Segundo Mueller (2006), a estabilidade vivida pelo sistema de comunicação científica mundial foi fortemente abalada pela crise dos periódicos entre as décadas de 1970 e 1980. Essa crise, segundo a autora, contribuiu para o surgimento, na década de 1990, do Movimento de Acesso Aberto à Informação Científica.

O cenário científico da época foi marcado pelos embates entre pesquisadores e grandes editoras científicas comerciais, que cobravam preços crescentes para o acesso às publicações científicas, dificultando as bibliotecas universitárias e de pesquisas norte-americanas de manter seus catálogos atualizados (MUELLER, 2006). Segundo Kuramoto (2014), o movimento contou com o apoio e a colaboração de diversos atores/profissionais da sociedade, como bibliotecários, editores científicos e pesquisadores, que juntos buscavam discutir soluções para o acesso à informação científica disposta em periódicos científicos.

Uma das primeiras iniciativas do movimento foi a implantação do repositório digital temático ArXiv, voltado para a área de Ciência da Computação, Física, Matemática e ciências não lineares do Laboratório Nacional de Los Alamos, Novo México, Estados Unidos (KURAMOTO, 2006). Esse repositório reunia, em um só sítio na Internet, a produção científica dos pesquisadores dessas áreas, e povoado de *preprints*, ou seja, materiais que ainda não haviam passado pela revisão pelos pares, à primeira vista, provocou descrenças e críticas ao movimento que começava a ser delineado (GUANAES; GUIMARÃES, 2012; SANTOS JÚNIOR, 2010). Diante dessas desconfiças, ao longo do tempo, foram realizadas convenções e pautas até então questionadas, que começaram a ser discutidas e contempladas.

Em 1999, ocorre a Convenção de Santa Fé, realizada no Novo México, nos Estados Unidos, em que são definidos alguns dos princípios que balizam o movimento, como a revisão pelos pares, o autoarquivamento e a interoperabilidade entre os sistemas de filosofia aberta (TRISKA; CAFÉ, 2001).

Em 2001, é divulgada a *Carta Aberta da Public Library of Science* (PLOS), na qual parte dos pesquisadores das Ciências Biomédicas mundiais incentivou seus pares a considerar a publicação dos seus resultados de pesquisa em periódicos que adotavam a disponibilização do artigo em acesso aberto e irrestrito, a partir de 6 meses da sua publicação. Apesar do grande número de assinaturas, os resultados obtidos não alçaram o

esperado, e ocorreu, por parte dos pesquisadores, um “boicote” aos gigantes editoriais, sendo este fato o elemento precursor para o surgimento de uma publicação científica própria, a *PLOS ONE*, criada em 2003 (ANDRÉ, 2004).

A Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste, que é tida como a mais importante em prol do acesso aberto, acontece em 2001, tendo a sua Declaração, a *Budapest Open Access Initiative* (BOAI), publicada em 2002 (COSTA; LEITE, 2016). Nessa declaração, são formalizadas as duas estratégias de Acesso Aberto: o autorquívamento, através da Via Verde (repositórios digitais) e a criação eletrônica de revistas científicas de filosofia aberta, a Via Dourada (periódicos) (SANTOS *et al.*, 2014).

Já em 2003, são outorgadas outras duas declarações: a de Bethesda e a de Berlim, em que a primeira reafirmava o compromisso da comunidade científica em seguir com o que foi definido na Iniciativa de Budapeste; e a segunda trouxe a proposta de acesso público irrestrito aos materiais, a cessão dos direitos autorais por parte dos seus detentores e autores, possibilitando a seus utilizadores “[...] distribuir, transmitir e exibir o trabalho publicamente assim como realizar e distribuir obras derivadas, em qualquer suporte digital para qualquer propósito responsável, sujeito à correta atribuição da autoria” (SARMENTO *et al.*, 2005).

Outras iniciativas para a democratização da informação científica ocorreram e continuam a surgir pelo mundo. No Brasil, há a abertura ao Movimento de Acesso Aberto, em 2005, com o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica, liderada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), que já utilizava, desde 2002, um modelo em acesso aberto para as publicações de teses e dissertações do instituto, na época chamada Biblioteca Digital Brasileira, e atualmente Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) (KURAMOTO, 2006). Cabe lembrar que o Brasil já apresentava, em 1998, a biblioteca digital Scientific Electronic Library Online (SciELO), idealizada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado

de São Paulo (Fapesp) em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde da Organização Pan-Americana da Saúde, órgão ligado à Organização Mundial da Saúde (BIREME/OPAS/OMS). O objetivo da biblioteca era desenvolver a competência e a infraestrutura para indexar e publicar na internet um conjunto selecionado de periódicos brasileiros de diferentes áreas do conhecimento que adotasse a avaliação pelos pares. A iniciativa buscava aumentar a visibilidade, a internacionalização e o uso do conhecimento publicado em periódicos nacionais de acesso aberto (PACKER; COP; SANTOS, 2014). Cabe ressaltar que o projeto SciELO aconteceu três anos antes da Iniciativa de Budapeste, onde foram definidas as estratégias das Vias Verde e Dourada.

Este breve histórico da pesquisa nas Ciências Sociais Aplicadas e Humanas, avaliação da Capes, Artes como área do conhecimento e a formalização do Movimento de Acesso Aberto são marcos importantes para verificar o cenário em que estão delineados os periódicos de acesso aberto na área de Artes, conforme a apresentação a seguir da metodologia adotada neste estudo.

METODOLOGIA

A pesquisa pode ser caracterizada no que Gil (2008) define como pesquisa descritiva, uma vez que são descritas as características de uma população, neste caso, os periódicos de acesso aberto (A1, A2 e B1) classificados na avaliação trienal e quadrienal. Para o levantamento dos dados, durante os meses de janeiro a março de 2019, realizou-se o download, na Plataforma Sucupira, de dois arquivos em Excel referentes ao Qualis Periódicos trienal e quadrienal. A escolha desses dois períodos se deu para verificar se houve crescimento ou não na adoção do acesso aberto nos períodos em análise. Após a exportação das planilhas, realizaram-se as seguintes ações:

- a) triagem dos periódicos de acesso aberto alocados pela área nos estratos A1, A2 e B1 através de um filtro;

- b) categorizações de nacionalidade do periódico com buscas de prioridade: 1) DOAJ; 2) plataforma Edanz; e 3) Google;
- c) verificação se o periódico possui ou não ligação com universidades;
- d) para periódico nacional, a verificação da região do país em que é editado;
- e) verificação, de um período a outro de avaliação da Capes, se o periódico de acesso aberto era novo, aumentou, caiu ou se manteve na mesma estratificação.

Tais ações foram tomadas para visualizar os aspectos quantitativos (levantamento do número de periódicos) e qualitativos (nacionalidade, região geográfica e instituição à qual o periódico é editado; assim como a sua inserção na comparação dos títulos de um período a outro da avaliação).

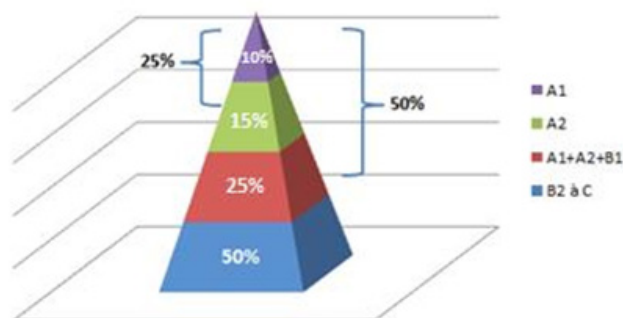
RESULTADOS

A planilha, no contexto geral (estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C), do período trienal resultou em 815 periódicos. Centralizando nos estratos (A1, A2 e B1), por meio de um filtro, verificou-se 150 periódicos, sendo: a) 35 classificados como A1; b) 49, como A2; e c) 66, como B1. No período quadrienal, no contexto geral, a pesquisa resultou em 960 periódicos. Filtrando nos estratos em análise, encontraram-se 228 periódicos, sendo: a) 26 classificados como A1; b) 73, como A2; e c) 129, como B1. No contexto geral (960 títulos - 815 títulos), verificou-se a inserção de 145 novos títulos de periódicos de um período a outro de avaliação. Já na centralização nos estratos em análise (228 títulos - 150 títulos), há inserção de 78 novos periódicos de um período a outro. Na divisão pelos estratos em análise, apenas o estrato A1, do período quadrienal, apresentou decréscimo de nove títulos, se comparado com o trienal. Nos demais estratos, todos indicaram número maior de periódicos de um período a outro: A2 com 24 títulos; B1 com 63 títulos.

Dos 150 periódicos do período trienal (A1, A2 e B1), 102 são de acesso aberto. Desses: a) 13 títulos são A1; b) 34 títulos são A2; e c) 55 títulos são B1. Já no período quadrienal, dos 228 títulos, 183 são de acesso aberto. Logo: a) 19 são A1; b) 56 são A2; e c) 108 são B1. Percebe-se aumento de inserção de títulos em todos os estratos em análise de um período a outro.

É normal verificar, em todas as áreas do conhecimento, o chamado “efeito pirâmide” na estratificação de periódicos. Em aspecto macro, os periódicos que estão inseridos no topo da pirâmide são aqueles que possuem maior classificação, tidos como de qualidade e, conseqüentemente, são poucos em relação aos outros. Conforme se desce a pirâmide, a inserção dos periódicos em outros estratos é aumentada e, conseqüentemente, a sua relevância dentro de determinada área é diminuída, conforme exemplifica o gráfico 1.

Gráfico 1 – Pirâmide das estratificações



Fonte: Ferreira (2015, p. 129).

No gráfico 1, é possível observar a soma dos periódicos incluídos nos estratos A1+A2, que não pode ser superior a 25% dos periódicos avaliados, assim como a soma dos periódicos incluídos nos estratos A1+A2+B1, que não pode ser superior a 50% da produção de periódicos de qualquer área do conhecimento (KELLNER, 2018). Já os estratos B2+B3+B4+B5 não podem ser superiores a 50%. O estrato C tem peso zero na avaliação, ou seja, não é somado.

No que diz respeito à nacionalidade dos periódicos, verificou-se que dos 102 títulos de acesso aberto no período trienal: a) 82 são nacionais; b) quatro são de Portugal; c) três dos Estados Unidos; d) dois da Argentina; e) dois da Espanha; f) Áustria, Chile, Colômbia, Eslovênia, França, Noruega, Sérvia, Suíça e Turquia possuem uma representação cada. No período quadrienal, dos 183 títulos de periódicos em acesso aberto: a) 146 são nacionais; b) 12 de Portugal; c) quatro da Argentina, França e da Espanha cada; d) dois da Colômbia e Estados Unidos cada; e) Chile, Croácia, Grécia, Itália, México, Romênia, Sérvia, Suécia e Suíça, com um título cada. Percebe-se liderança brasileira nos estratos mais altos nos dois períodos analisados, seguido de Portugal, que apresenta aumento de oito títulos, se comparado ao período trienal. A Argentina mostra um crescimento de dois títulos de um período a outro; Estados Unidos revelam queda de um título de um período a outro, de três para dois.

Percentualmente, o Brasil se mantém na dianteira com 80% de títulos em acesso aberto, em ambos os períodos de análise. Portugal indica aumento percentual de 4% no período trienal e de 7% no quadrienal; França traz aumento modesto de 1% para 2%, Argentina e Espanha se mantêm com 2% em cada período, seguidos de Colômbia, Chile, Sérvia e Suíça, com 1% de um período a outro.

Em relação ao Brasil, 66 títulos no período trienal estão ligados a universidades, em especial, aos programas de pós-graduação. No período quadrienal, 130 títulos estão ligados a universidades e também aos programas de pós-graduação. Interessante perceber que, em ambos os períodos, 16 títulos nacionais não são ligados a universidades. Dentre esses títulos, há, como editoras, associações de classes, fundações públicas e privadas.

Na composição percentual, verifica-se aumento nas regiões Sul e Centro-oeste; e queda nas regiões Sudeste e Nordeste. A região que possui maior representatividade nos dois períodos é a Sudeste. Isso pode ser explicado pelo número de programas de pós-graduação ligados à área. Segundo dados da Plataforma Sucupira, são 32 cursos na Região Sudeste, do total de 69. A Região Norte não possui representatividade nos estratos analisados, conforme mostram os gráficos 2A e 2B.

Gráfico 2A – Regiões com avaliação trienal

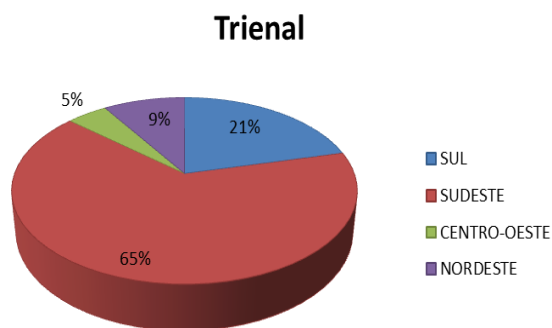
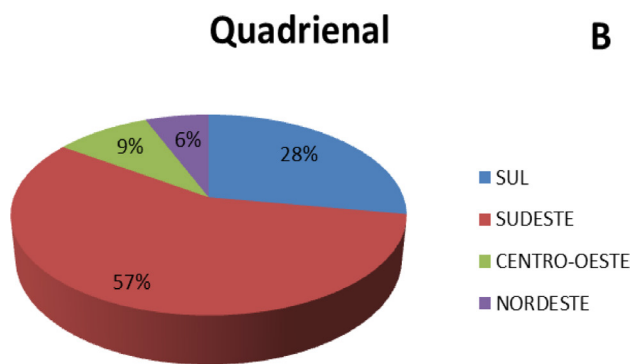


Gráfico 2B – Regiões com avaliação quadrienal



Fonte: Os autores (2019).

No tocante às universidades, o quadro 1 indica como elas mesmas estão representadas em cada período. Percebe-se que a Universidade de São Paulo (USP) é que mantém a liderança nos dois períodos; a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) perde espaço para Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ainda que tenha

aumentado o número de títulos de periódicos de um período a outro. A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) perde espaço para a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal de Goiás (UFG) e para a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), conforme se visualiza no quadro 1.

Quadro 1 – Universidades avaliação trienal e quadrienal

INSTITUIÇÃO	TRIEINAL	QUADRIENAL
USP	10	27
UFRGS	3	12
UNICAMP	4	9
UFRJ	6	8
UFG	2	7
UDESC	1	6
PUCSP	5	6
UNB	1	4
UNIRIO	1	4
PUCRS	1	3
UFSC	1	3
UFPB	2	3
UFSM	2	3
UFU	2	3
UNESP	3	3
UFBA	4	4
UFMG	4	4
UNESPAR	2	2
UEM	2	1
UEL	2	1
UERJ	4	3
PUCRIO	1	0
UFF	2	0
UFJF	1	0
MACKENZIE	0	4
UFPR	0	4
UFRN	0	2
UNIFESP	0	1
UNILASALLE	0	1
UNISINOS	0	1
UFMT	0	1
TOTAL	66	130

Fonte: Os autores (2019).

No quadro 1, é possível verificar o distanciamento da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Universidade Estadual de Maringá (UEM), contrastando com avanços da Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), sendo essas duas presentes, até então, nas últimas colocações na avaliação trienal. A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) também apresentam crescimento. De forma modesta, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal de Uberlândia (UFU), também apresentam crescimento na comparação dos períodos. Já a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRIO) e Universidade Federal Fluminense (UFF), que apresentavam representatividade na avaliação trienal, não estão na avaliação quadrienal. No entanto, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), a Universidade La Salle (Unilasalle), a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Presbiteriana Mackenzie que não apareciam na avaliação trienal, surgem na quadrienal. Já a Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) mantém o mesmo número de títulos, independente do período de avaliação.

A última etapa da pesquisa foi a de verificar como os periódicos da avaliação quadrienal estão delineados. Para isto, foi realizada uma comparação com os periódicos da avaliação trienal, verificando se eram novos, se subiram, caíram ou se mantiveram no mesmo estrato. Constatou-se que 66% dos periódicos classificados como A1, A2 e B1 da área de Artes são novos, ou seja, não apareciam na avaliação trienal; 22% continuaram com o mesmo estrato; 8% subiram, ou seja, se eram B1 na avaliação

trienal, passaram a ser A2 na quadrienal, ou, se eram A2 trienal, passaram a ser A1 na quadrienal; e 4% caíram, ou seja, se eram A1 na trienal, passaram a ser A2 na quadrienal, ou, se eram A2 na trienal, passaram a ser B1 na quadrienal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A indagação inicial desta pesquisa foi: tendo como base a premissa de orientação e incentivo aos pares a publicarem artigos em periódicos de acesso aberto, como será que isto é retratado na prática? Será que existem periódicos de acesso aberto nos estratos mais altos (A1, A2 e B1)?

Os resultados apontaram que a área de Artes está estritamente ligada à prática do Acesso Aberto, ou seja, está em alinhamento com os seus relatórios de avaliação de periódicos. A área de Artes, mesmo não sendo tradicional na temática, como as áreas ligadas às Ciências da Saúde ou mesmo à Ciência da Informação, áreas que estudam, promovem e disseminam ações de acesso aberto, nos seus relatórios de avaliação de periódicos, apresentam o acesso aberto indicado timidamente.

Os periódicos de acesso aberto nacionais considerados pela área, em sua maioria, têm alinhamento com universidades e, conseqüentemente, com os programas de pós-graduação, sendo o Sudeste a região com o maior número de títulos de periódicos. Essa região é a que também dispõe de maior número de programas de pós-graduação ligados à área de Artes, o que faz deduzir serem os principais fomentadores de periódicos científicos.

Pode-se afirmar que, nessa área, o Acesso Aberto possui larga amplitude nos estratos mais altos, conforme orientação presente nos seus documentos avaliativos, como também existem reflexos que compõem tal prática, uma vez que existe a promoção do acesso à informação científica de maneira justa e democrática, mediante o uso dos periódicos de acesso aberto por todos.

Outra informação encontrada na pesquisa foi sobre a Região Norte, que não possui representatividade de periódicos nos estratos analisados. Cabe ressaltar que a região, em buscas realizadas na Plataforma Sucupira no mesmo período da análise dos dados desta pesquisa, contava com dois programas de pós-graduação, sendo um programa de pós-graduação em Artes na Universidade Federal do Pará (UFPA), com nota Capes 4, nas modalidades mestrado e doutorado. E a outra instituição com curso de pós-graduação ligada à área de Artes foi a Universidade Federal do Acre (Ufac) com o curso de Artes Cênicas, apenas na modalidade mestrado.

Esse curso foi reconhecido pela Capes em 2018, e o início das seleções para a primeira turma ocorreu em 2019. Segundo dados da Plataforma Sucupira, o curso ainda não dispunha de notas de avaliação. Acredita-se que, por esse motivo - poucos cursos de pós-graduação na área - a região ainda não contenha nenhum periódico nas referidas estratificações.

Por fim, conclui-se que a área de Artes precisa se apropriar das discussões e implicações atuais sobre o Acesso Aberto apresentando os relatos a seus pares, ou seja, aos seus pesquisadores que juntos compõem o *corpus* da área. Em outras palavras, a área precisa fomentar o chamado *advocacy* com os seus pesquisadores, uma vez que o elemento essencial a área já possui: a indicação para a publicação em periódicos de Acesso Aberto nos seus documentos de avaliação de periódicos.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, F. Sociedade da informação: a evolução do livre acesso à informação científica. *França Flash*, São Paulo, n. 40, p. 12-13, out./dez. 2004.
- ARTES E MÚSICA. *Relatório Qualis periódicos*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: http://capes.gov.br/images/documentos/Qualis_periodicos_2016/relatorio_Qualis_Periodicos_%C3%81rea_de_Artes_2016_1.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.
- BARATA, R.de C. B. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, DF, v. 13, n. 30, p. 13-40, jan./abr. 2016. Disponível em: https://pos.letras.ufg.br/up/26/o/artigo_10_coisas.pdf. Acesso em: 12 fev. 2019.
- BARBOSA, A. M. Arte-educação pós-colonialista no Brasil: aprendizagem triangular. *Revista Comunicação e Educação*, São Paulo, n. 2, p. 59-64, 1995. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comeduc/article/view/36136/38856>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- BARBOSA, A. M. T. B. *Teoria e prática da educação artística*. São Paulo: Cultrix, 1990.
- BORGES, L. da C. *Acesso aberto e os critérios para a avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1003/1/DISSERTACAO_TEXTO_FINAL_POS_REVISAO.pdf. Acesso em: 15 maio 2019.
- BOURDIEU, P. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BRANDÃO, C. A. L. Arte e ciência: o ser poético e o ser vivo. In: BRANDÃO, C. A. L. (org.). *A república dos saberes: arte, ciência, universidade e outras fronteiras*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 93-105.
- CAIXETA, V. F. *A institucionalização do fomento à pesquisa artes no CNPq: o programa básico de artes*. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4905/1/2007_VivianeFerreiraCaixeta.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.
- COSTA, M. P. da; LEITE, F. C. L. Open access in the world and Latin America: a review since the Budapest open access initiative. *Transinformação*, Campinas, v.28, n. 1, p. 33-45, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v28n1/0103-3786-tinf-28-01-00033.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- CRUZ, M. X. As artes no campo científico brasileiro: o processo de inserção da área junto ao CNPq, no sistema de pós-graduação (Capes) e a construção da ANPAP. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. *Anais eletrônicos* [...]. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2391/767>. Acesso em: 13 fev. 2019.
- FERREIRA, C. G. *Percepções dos docentes avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES): um estudo sobre o produtivismo acadêmico*. 2015. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal Fluminense, Niterói. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/2415/1/CarlaGuimaraes.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUANAES, P. C. V.; GUIMARÃES, M. C. S. Acesso aberto: uma nova crise no horizonte?. *Comciência*, Campinas, n. 39, 2012.
- JACON, M. do C. M. *Base Qualis: uso e qualidade dos periódicos científicos do programa de pós-graduação em psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1997-2002)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/763/1/Maria%20do%20Carmo.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- KELLNER, A. W. A. O sistema qualis: a perspectiva de um periódico multidisciplinar. *SciELO em Perspectiva*, [S. l.], 6 fev. 2018. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2018/02/06/o-sistema-qualis-a-perspectiva-de-um-periodico-multidisciplinar-publicado-originalmente-no-editorial-do-vol-89-no-3-nos-anais-da-academia-brasileira-de-ciencias/#.XXasfy5KgDU>. Acesso em: 15 abr. 2019.
- KURAMOTO, H. Acesso livre: uma solução adotada em todo o globo; porém, no Brasil parece existir uma indefinição. *Revista Eletrônica de Comunicação Informação e Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v.8, n. 2, p. 166-179, 2014. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/630/1270>. Acesso em: 25 fev. 2019.
- KURAMOTO, H. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 35, n. 2, p. 91-102, maio/ ago. 2006. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/02/pdf_3dbb2fb854_0008036.pdf. Acesso em: 13 maio 2019.
- MATTEDI, M. A.; SPIESS, M. R. A avaliação da produtividade científica. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 623-643, jul./ set. 2017. Disponível em: <http://www.SciELO.br/pdf/hcsm/v24n3/0104-5970-hcsm-24-03-0623.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.
- MEADOWS, A. J. *A comunicação científica*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

MUELLER, S. P. M. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 35, n. 2, p. 27-38, 2006. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1138>. Acesso em: 10 fev. 2019.

OLIVEIRA, B. J. de. Em defesa da divergência entre arte e ciência. In: BRANDÃO, C. A. L. (org.). *A república dos saberes: arte, ciência, universidade e outras fronteiras*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 167-176.

PACKER, A. L.; COP, N.; SANTOS, S. M. A rede SciELO em perspectiva. In: PACKER, A. L. (org.). *SciELO - 15 anos de acesso aberto: um estudo analítico sobre acesso aberto e comunicação científica*. Paris: UNESCO, 2014. p. 41-66. Disponível em: <http://old.scielo.org/local/File/livro.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2019.

PLATAFORMA SUCUPIRA. 2019. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 15 ago. 2019.

PLAZA, J. Arte/ciência: uma consciência. *ARS*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 37-47, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ars/v1n1/04.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

PRADO, G. Breve relato da pós-graduação em Artes Visuais da ECA-SP. *ARS*, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 88-101, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ars/v7n13/arsv7n13a6.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

SANTOS JUNIOR, E. R. dos. *Repositórios institucionais de acesso livre no Brasil: estudo delfos*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

SANTOS, P. X. dos. et al. Política de acesso aberto ao conhecimento: análise da experiência da Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz. *Revista Eletrônica de Comunicação Informação e Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 210-226, jun. 2014. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/receis/article/view/633>. Acesso em: 13 maio 2019.

SANTOS, R. R. dos. *Legitimação da arte como campo científico: estudos de caso com grupos de pesquisa do CNPq*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/1129/5979.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 jul. 2019.

SARMENTO, F. et al. Algumas considerações sobre as principais declarações que suportam o movimento de acesso livre. In: CONGRESSO MUNDIAL DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE E BIBLIOTECAS, 9., 2005, Salvador. *Anais* [...]. Salvador: BIREME, 2005.

SOUZA, R. F. de. Áreas do conhecimento. *DatagramaZero*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2004. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/109/1/RosaliDatagramazero2004.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

TERRA, C. G. Implantação do bacharelado em história da arte na Escola de Belas Artes/UFRJ em 2009. In: COLÓQUIO DO COMITÊ BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 29., Vitória. *Anais eletrônicos* [...]. Vitória: UFES, 2009. p. 50-58. Disponível em: http://www.cbha.art.br/pdfs/cbha_2009_terra_carlos_art.pdf. Acesso em: 15 jun. 2019.

TRISKA, R.; CAFÉ, L. Arquivos abertos: subprojeto da biblioteca digital brasileira. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 30, n. 3 p. 92-96, 2001. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/917/954>. Acesso em: 20 jan. 2019.

VOGEL, M. J. M.; KOBASHI, N. Y. Avaliação da pós-graduação no Brasil: seus critérios. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. *Anais eletrônicos* [...]. João Pessoa: UFPE, 2015. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/43981>. Acesso em: 16 mar. 2019.

VOGEL, M.J.M. *Avaliação da pós-graduação brasileira: análise dos quesitos utilizados pela Capes e das críticas da comunidade acadêmica*. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

WEITZEL, S. da R. *Os repositórios de e-prints como nova forma de organização da produção científica: o caso da área das ciências da comunicação do Brasil*. 2006. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.